CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 830/94 (Apenso Processo DE Ribeirão Pires
nº 44/6/94) INTERESSADO : Edson Correia Honorato Gomes
ASSUNTO : Equivalência de estudos - Aeronáutica
RELATOR : Cons. Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães
PARECER CEE Nº : 152/95 - CESG - APROVADO EM 15-03-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO E APRECIACÃO

1.1.1 Edson Correia Honorato Gomes requer sejam os estudos profissionalizantes que realizou, sob a égide da legislação que rege o sistema de ensino da Aeronáutica, considerados equivalentes aos do sistema civil, para fins de registro junto ao CREA. Essa entidade sugeriu ao interessado que se dirigisse a uma DE para obter tal equiparação.

1.1.2 O Sr. Edson Correia Honorato Gomes junta ao seu pedido farta documentação referente a cursos técnicos realizados na área de interesse, incluindo comprovantes de conclusão do ensino de 1º e 2º graus.

1.1.3 Considerando-se que:

sobre pedidos da espécie este Colegiado manifestou-se através de vários pareceres, mormente o de nº 985/89, prolatado pelo nobre Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, cuja apreciação foi fundamentada na legislação federal e onde na conclusão consta o que segue:

"(...) Respeitando-se a autonomia do sistema de ensino militar, definida em lei, os diplomas e certificados expedidos por instituições do ensino militar não necessitam de registros específicos perante a autoridade

educacional civil - bastam os registros perante as autoridades militares competentes".

Em 1990, o Conselho Federal da Educação exarou, com respaldo no artigo 8º da Lei nº 7.233, de 29-10-84, o Parecer CFE nº 618/90, de cujo teor transcrevemos a seguinte afirmação:

"6) Em suma, a eficácia dos diplomas militares, fora de sua destinação específica, ou para o desempenho de profissão regulamentada no meio civil, depende da equivalência a ser declarada na órbita da competência do MEC/CFE, sem que seja necessário novo registro de diploma já registrado perante autoridade militar, cabendo, então, ao órgão competente para o registro profissional deliberar sobre a sua eficácia para o exercício de profissão regulamentada". (grifos nossos)

De onde se conclui que a equivalência de estudos cabe, apenas, quando o interessado quiser prosseguir estudos no sistema civil de ensino.

Isto posto, entendemos pertinente encaminhar cópia deste Parecer e do Parecer CEE nº 985/89 ao interessado e, principalmente, ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.614 - CEP 01452-002, São Paulo.

2. CONCLUSÃO

2.1 Responda-se ao Senhor Edson Correia Honorato Gomes que, respeitando-se a autonomia do sistema de ensino militar, definida em lei, os diplomas e certificados expedidos por instituições do ensino militar, para o desempenho de Profissão Civil não necessitam de registros específicos perante a autoridade educacional civil - bastam os registros perante as autoridades militares competentes.

2.2 Cabe ao organismo específico e

competente para o registro profissional - nesse caso o CREA

- deliberar sobre a eficácia dos diplomas e certificados

expedidos por instituições de ensino militares, para fins de

exercício legal de profissão civil regulamentada.

2.3 Encaminhem-se cópias deste Parecer, do Parecer CEE n° 985/89 e do Parecer CFE n° 618/90 ao interessado e ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1995

a) Cons. Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães
RELATOR

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Segundo Grau adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, Maria Bacchetto, Pedro Salomão José Kassab, Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 15 de fevereiro de 1995.

a) Cons. Francisco Aparecido Cordão
Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 15 de março de 1995.

a) Cons. NACIM WALTER CHIECO
Presidente